REVISTA AMEFRICANA | ISSN: 3086-5042 ONLINE | SEÇÃO: ESTUDOS AMEFRICANOS (ARTIGO ORIGINAL)
MANTENEDORA: INSTITUTO AMEFRICANO DE SOCIOLOGIA CRÍTICA (IASC) | BARRA MANSA – RJ – BRASIL | DOI: https://doi.org/10.65855/amef.2026.v2.ahsd04

VINCULAÇÃO CRÍTICA DE ALTO IMPACTO: Este artigo original atende aos critérios de relevância social, impacto epistêmico e rigor formal fixados pela Resolução Aditiva nº 01/2026. **ARTIGO ORIGINAL**

INVISIBILIDADES: ESTUDANTES NEGROS COM ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO

INVISIBILITIES: BLACK STUDENTS WITH HIGH ABILITIES OR GIFTEDNESS

INVISIBILIDADES: ESTUDIANTES NEGROS CON ALTAS CAPACIDADES O SUPERDOTACIÓN

Patrícia Braun

E-mail: patricia.braun@uerj.br | ORCID: 0000-0002-5666-2420 | Lattes: http://lattes.cnpq.br/6115237268508976

Práxis Intelectual: Graduada em Pedagogia com Habilitação em Educação Especial - DM pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 1991), especialista em Psicopedagogia (PUCRS, 1994), mestra (2004) e doutora (2012) em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É Professora Associada do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), onde atuou entre 2011 e 2023 como docente, coordenadora e chefe do Departamento do Atendimento Educacional Especializado (DEPAEE). Atua como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Ensino em Educação Básica (PPGEB/CAp-UERJ) e nos anos iniciais da Educação Básica. Lidera e desenvolve projetos de pesquisa, extensão e iniciação à docência sobre inclusão escolar, ensino colaborativo, formação de professores e práticas pedagógicas de escolarização.

Márcia Marin

E-mail: marcia.marin@uerj.br | ORCID: 0000-0002-5365-6834 | Lattes: http://lattes.cnpq.br/0415703750565086

Práxis Intelectual: Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Professora Titular aposentada do Colégio Pedro II. Graduada em Pedagogia com habilitação em Educação Especial pela UERJ, mestra em Educação (com foco em formação docente e Educação Especial) e doutora em Educação pela UERJ, com tese voltada para as práticas docentes nos anos finais do Ensino Fundamental em processos de inclusão escolar. Pesquisadora do grupo Inclusão e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais (ProPEd/UERJ) e do Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE/UFRRJ). Possui ampla produção e experiência em formação docente, escolarização de pessoas com deficiência intelectual, acessibilidade curricular e docência compartilhada.

Histórico Editorial & Governança: Submissão: 27 de julho de 2026 | Aceite: 04 de setembro de 2026 | Publicação: 05 de setembro de 2026 | Creative Commons CC BY 4.0 | Publicação Contínua | Salvaguardas: Resolução CNS nº 510/2016

COMO CITAR ESTE ARTIGO (HOW TO CITE):
• **Padronização ABNT (Brasil):** BRAUN, Patrícia; MARIN, Márcia. Invisibilidades: estudantes negros com altas habilidades ou superdotação. Revista Amefricana, Barra Mansa, v. 2, 2026. DOI: https://doi.org/10.65855/amef.2026.v2.ahsd04.
• **Padronização APA Style (Internacional):** Braun, P., & Marin, M. (2026). Invisibilidades: estudantes negros com altas habilidades ou superdotação. Revista Amefricana, 2. https://doi.org/10.65855/amef.2026.v2.ahsd04

RESUMO

Este texto é um ensaio e tem a finalidade de apresentar reflexões acerca do eixo temático composto por altas habilidades ou superdotação, estudantes negros e escolarização, sob o viés de análise da interseccionalidade. A metodologia está delineada como um estudo bibliográfico e exploratório, no recorte temporal entre 2015/16-2026, tendo a Lei Brasileira de Inclusão, de 2015, como marco inicial. Os descritores de busca foram os termos do eixo temático, nos sítios da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e do Google Acadêmico (Scholar Google). A seleção, leitura e análise dos trabalhos acessados revelaram a invisibilidade de discussões e abordagens sobre o perfil estudantil de negros com altas habilidades ou superdotação no contexto da escolarização. Ficou evidente o número reduzido de estudos e, principalmente, de dados e discussões em documentos oficiais que impulsionem debates e práticas docentes. E, ainda, constatou-se a ausência da discussão que envolva interseccionalidade neste cenário. Por esses achados, destaca-se a premência de gerar e disseminar pesquisas e ações que colaborem para dirimir a invisibilidade de determinados grupos de estudantes e promovam trabalhos docentes que impulsionem o desenvolvimento de crianças e jovens com altas habilidades ou superdotação, na educação básica.

Palavras-chave: Estudantes com altas habilidades ou superdotação. Negros. Escolarização. Interseccionalidade.

ABSTRACT

This paper is an essay aimed at presenting reflections on the thematic axis composed of high abilities or giftedness, Black students, and schooling, through the analytical lens of intersectionality. The methodology is outlined as an exploratory bibliographic study covering the period between 2015/16 and 2026, with the 2015 Brazilian Inclusion Law as its starting point. The search descriptors were the terms of the thematic axis on the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Google Scholar platforms. The selection, reading, and analysis of accessed works revealed the invisibilization of discussions and approaches concerning the profile of Black students with high abilities or giftedness in schooling contexts. The scarce number of studies and, notably, of data and discussions in official documents to stimulate pedagogical debates and teacher practices became evident. Furthermore, the absence of discussion involving intersectionality in this scenario was verified. Given these findings, the urgency of generating and disseminating research and actions that help dismantle the invisibility of specific student groups and promote teaching practices that foster the development of children and youth with high abilities or giftedness in basic education is highlighted.

Keywords: Students with high abilities or giftedness. Black students. Schooling. Intersectionality.

RESUMEN

Este texto es un ensayo que tiene como propósito presentar reflexiones sobre el eje temático integrado por altas capacidades o superdotación, estudiantes negros y escolarización, bajo la perspectiva analítica de la interseccionalidad. La metodología se define como un estudio bibliográfico y exploratorio en el recorte temporal entre 2015/16 y 2026, tomando la Ley Brasileña de Inclusión de 2015 como hito inicial. Los descriptores de búsqueda correspondieron a los términos del eje temático en las plataformas Scientific Electronic Library Online (SciELO) y Google Académico (Google Scholar). La selección, lectura y análisis de los trabajos consultados revelaron la invisibilización de debates y abordajes acerca del perfil estudiantil de personas negras con altas capacidades o superdotación en el contexto escolar. Se evidenció un número reducido de investigaciones y, especialmente, de datos y discusiones en documentos oficiales que impulsen el debate y la práctica docente. Asimismo, se constató la ausencia de debates que incorporen la interseccionalidad en este ámbito. A partir de estos hallazgos, se destaca la urgencia de producir y difundir investigaciones y acciones que contribuyan a superar la invisibilidad de determinados grupos de estudiantes y promuevan prácticas docentes que potencien el desarrollo de niños y jóvenes con altas capacidades o superdotación en la educación básica.

Palabras clave: Estudiantes con altas capacidades o superdotación. Negros. Escolarización. Interseccionalidad.

1. Introdução

No cenário educacional brasileiro, a área de altas habilidades ou superdotação está ligada ao campo da educação especial, e neste as pessoas com essa condição se constituem como público pelas normativas legais do país. Sendo assim, para esses estudantes há o direito de acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a possibilidade de suporte dos Núcleos de atividades de altas habilidades ou superdotação (NAAH/S), substituídos, em breve, por Centros de referência em altas habilidades ou superdotação, de acordo com nova legislação (BRASIL, 2026), que será comentada mais adiante.

A movimentação dessa estrutura para o suporte pedagógico, contudo, caminha com fatores que trazem complexidade ao acompanhamento do referido grupo, entre tais fatores destacam-se: a dificuldade de identificação das altas habilidades ou superdotação; a construção social de estereótipos alimentados pela falsa premissa de que essas pessoas seriam plenamente autossuficientes e dispensariam apoio pedagógico institucional; falta de informação, de formação e de visibilidade sobre essa condição de desenvolvimento, e o indicativo de subnotificação censitária nos registros oficiais do país.

Nesse contexto, algumas questões instigaram a formulação dessa escrita, a fim de organizar as reflexões presentes: como são reconhecidos estudantes com altas habilidades ou superdotação nos contextos escolares da educação básica? E os estudantes negros com altas habilidades ou superdotação? Onde estão? Essas perguntas foram provocações iniciais para construir esse artigo, em formato de ensaio, que se organizou e se sustentou a partir do levantamento de produções que pudessem promover um debate com foco nesse recorte: estudantes negros da educação básica com altas habilidades ou superdotação, sob a lente da interseccionalidade.

Neste sentido, o objetivo do texto é provocar reflexões acerca de uma minoria marcada por discriminação e exclusão, que é invisibilizada e passa sem ser percebida no cotidiano escolar, o que leva a um prejuízo individual e social. Individualmente, a pessoa perde oportunidade de ser quem ela é, de se reconhecer e colocar seus talentos e habilidades em movimento; e a sociedade perde a chance de receber a contribuição dessas pessoas, para qualquer área do conhecimento.

Como professoras da educação básica, essas indagações e busca se contextualizam na concepção da inclusão escolar, que é fruto de discussões amplas sobre diferenças e diversidade, que foram se intensificando desde a década de 1990. Documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que é um marco histórico, disseminaram novos olhares e fomentaram debates sobre o direito de acesso, participação e aprendizagem para todo e qualquer estudante no âmbito da escola comum.

Ter acesso, participar e aprender é o tripé que compõe o conceito de inclusão, é a base de uma escola como espaço de experiências e aprendizagens acadêmicas, sociais e históricas. O acesso é pela garantia do direito à matrícula escolar, independentemente da condição de desenvolvimento. A participação é pela viabilidade de chegar na escola e nela permanecer, por meio de transporte, estrutura física acessível, alimentação e profissionais que favoreçam práticas pedagógicas, com

recursos e estratégias intencionalmente planejadas e articuladas para os diversos perfis de ensino. E, por esta via e conjunto de fatores, poderão ocorrer aprendizagens de cada estudante, que é papel da escolarização.

No contexto deste artigo, cabe destacar e reforçar que estudantes com altas habilidades ou superdotação são parte do público da educação especial, no âmbito das orientações e legislação nacionais, juntamente com as pessoas com deficiência e com transtorno do espectro do autismo, desde a Política Nacional da Educação na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) até a atual Política Nacional de Educação Especial Inclusiva - PNEEI (Brasil, 2025a, 2025b). Está na PNEEI, em seu artigo 1º, a finalidade de "garantir o direito à educação em um sistema educacional inclusivo para estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades ou superdotação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades".

Isso previsto e reafirmado pela recente Lei Nº 15.436/2026 (Brasil, 2026), que instituiu a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação e criou o Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, que se destina a garantir a identificação precoce, o atendimento educacional especializado, o desenvolvimento integral e a inclusão plena desses estudantes no sistema educacional brasileiro.

Assim, a referência à escolarização na educação básica deste público tem como premissa viabilizar o sentimento de pertencimento de cada estudante junto ao seu coletivo, com seus pares, no respeito à forma de ser e de aprender que individualmente se apresenta.

Compondo esse cenário, a interseccionalidade ganha destaque e perpassa pela análise de marcadores sociais de modo transversal e imbricado, com o recorte para estudantes negros com altas habilidades ou superdotação. Isto, sem se restringir a esses marcadores específicos, o que é óbvio, pois isso não se dá assim, uma vez que há o reconhecimento de que cada pessoa é um universo complexo e não uma justaposição de características.

O texto, então, está assim organizado: inicialmente, segue a definição de altas habilidades ou superdotação; em seguida, há ponderações a partir de pesquisas sobre estudantes negros com altas habilidades ou superdotação, perpassando pela lente da interseccionalidade e, por fim, são compartilhadas ideias referentes a olhares docentes na educação básica, com a perspectiva da inclusão escolar, para conduzir reflexões que não findam aqui.

2. Altas habilidades ou superdotação – que condição é essa?

Para fins de elucidação, fica pontuado que o termo empregado no texto segue a nomenclatura atualizada, conforme documentos e legislação mais recentes, ou seja:

> Adota-se a conjunção alternativa "ou" utilizada para separar a expressão "altas habilidades" da palavra "superdotação" em substituição ao uso da "barra oblíqua" o que não muda o sentido histórico das categorias, uma vez que "a barra oblíqua [/] é um sinal gráfico usado para indicar disjunção e exclusão, podendo ser substituída pela conjunção "ou" (Delou, 2022, p.3).

A definição de altas habilidades ou superdotação compreende um debate longevo que tenta desmitificar a ideia de que quem tem esta especificidade “nasce pronto”, com habilidades natas, sem desafios diante do contexto social, cultural, de escolarização ou pessoal.

A compreensão sobre este perfil parte da ideia de que nada está pronto no desenvolvimento de alguém pelo fato de ser uma pessoa com altas habilidades ou superdotação. E as habilidades que se apresentam se mantêm constantes ao longo das experiências de vida do sujeito são compostas e atravessadas por um “processo plural, dinâmico e contextual”, como afirma Marinho (2025, p.18).

Aqui será adotada a concepção difundida com amplo debate de Renzulli e ratificada em estudos recentes como o de Marinho (2025). Na teoria de Renzulli, a condição de altas habilidades ou superdotação é o resultado da interação dinâmica entre três dimensões, conhecida como a teoria dos três anéis: habilidade acima da média, envolvimento com a tarefa e criatividade. Com base no aporte de Renzulli, Virgolim (2021) explica que:

> [...] a superdotação e o talento têm componentes tanto genéticos (gifted/dotado) quanto ambientais (talented/talentoso), usando a expressão superdotado e talentoso (gifted and talented) para expressar essa dualidade. [...] Enquanto o termo “superdotação” faz referência aos aspectos inatos e genéticos da inteligência e da personalidade, o termo “altas habilidades” enfatiza os aspectos que são moldados, modificados e enriquecidos pelo papel do ambiente (família, escola, cultura) (p. 04).

Por conceituação fica compreendido que “pessoas com altas habilidades ou superdotação são aquelas que apresentam desempenho e/ou potencial elevado em qualquer área de domínio, isoladas ou combinadas, na criatividade e no envolvimento com a tarefa, podendo tais habilidades manifestar-se ao longo da vida” (Delou, 2022, p.2). E, neste perfil, pode ser evidenciado o “[...] potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse” (BRASIL, 2008, p.15).

Essas pessoas são identificadas por evidências comportamentais demonstradas em diferentes contextos e situações da vida cotidiana e a caracterização de AHSD não está indicada no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5.ª edição (DSM-V) nem do Código Internacional de Doenças (CID-11).

Deste modo, em se tratando do contexto escolar, compreender as três dimensões combinadas – habilidade acima da média, criatividade e envolvimento na tarefa – é importante para a docência, pois permite pensar, planejar e articular propostas de ensino que venham a ser coerentes com o perfil de aprendizagem do estudante com esta especificidade.

Marinho (2025) detalha as três dimensões propostas por Renzulli, o que evidencia a complexidade real sobre a definição de altas habilidades ou superdotação. A dimensão da habilidade acima da média se refere à habilidade geral dada pela desenvoltura em processar informação e integrar experiências que resultem em respostas apropriadas e adaptativas a novas

situações; e à habilidade específica observada na capacidade de adquirir conhecimento e domínio técnico em determinadas áreas. A dimensão do envolvimento com a tarefa considera a condição motivacional, o alto nível de empenho, entusiasmo e perseverança perante as atividades realizadas e de coisas de interesse particular. E, a dimensão da criatividade é caracterizada pela capacidade de viver novas experiências, ser curioso, sensível, com pensamento independente e divergente.

Tem relevância ainda, no contexto da complexidade dessa definição, ponderar que as habilidades cognitivas e acadêmicas devem ser consideradas em relação às condições do ambiente onde se dá o desenvolvimento do estudante, e verificar em que medida estas favorecem o "desenvolvimento, contemplando [...] os fatores psicossociais e cognitivos, como senso de destino, sensibilidade às preocupações humanas, colaboração, liderança e autoeficácia" (Marinho, 2025, p. 20).

3. Breve noção sobre as (in)visibilidades de estudantes com altas habilidades ou superdotação

Um estudo recente de Oliveira (2026) apresentou dados sobre a evolução das matrículas de estudantes com altas habilidades ou superdotação no Brasil, entre 2000 e 2025:

> Os resultados mostram que as matrículas de alunos com AH/SD aumentaram de 714, em 2000, para 56.238, em 2025, um crescimento de aproximadamente 78,8 vezes no período, equivalente a uma taxa anual composta (CAGR) de 19,1%. Apesar desse avanço, o percentual de identificação permanece em 0,12% das matrículas totais da educação básica, muito aquém das estimativas de especialistas, que variam de 3% a 20% (p. 01).

O autor indica que existe uma convergência na literatura de que a prevalência de pessoas com altas habilidades ou superdotação varia entre 3% e 20% da população, mostra que enquanto Marland (1972) e a Organização Mundial da Saúde sugerem uma taxa de 3% a 5%, a National Association for Gifted Children (NAGC apud Oliveira, 2026), em 2022, projeta até 10% e Rangni; Massuda e Costa (2017) apontam para percentuais mais amplos, próximos a 20%.

Os dados aqui analisados reforçam que qualquer que seja a métrica, todas superam drasticamente os registros do Censo Escolar brasileiro. Embora essa disparidade entre as estimativas teóricas e os dados oficiais não seja uma exclusividade do Brasil, o cenário nacional chama a atenção, uma vez que países com sistemas de identificação proativa e avaliações padronizadas registram taxas entre 3% e 10% de sua população escolar (NAGC, 2022; OECD, 2022 apud Oliveira, 2026).

Já no Brasil, apesar do crescimento recente, o índice oficial atingiu apenas 0,12% em 2025, o que evidencia a invisibilidade desse público no sistema de ensino. Esses dados são para situar que mesmo esse grupo se constituindo como uma minoria numérica, isso não significa que pode ser esquecido ou negligenciado. Mesmo porque, há forte indicação de que este quantitativo é subnotificado no Brasil, como analisado por Oliveira (2026).

Diante da necessidade de olhares e práticas que desacomodem a estrutura habitual das escolas e de um perfil de estudantes que está invisibilizado, ratifica-se a necessidade de refletir sobre a escolarização de estudantes negros com altas habilidades ou superdotação.

Este refinamento do objeto de reflexão foi evidenciado a partir de dados de pesquisa que apontam para a escassez de discussões nesse contexto, como indicado por Neumann (2025), que debruçou suas análises sobre quatorze anos de publicações em um periódico específico sobre estudos que envolvem a população negra e constatou "1.054 artigos encontrados dentro do recorte delimitado. Dentro disso, 330 sobre Educação, o que indica 31% dos artigos publicados. Dentre os 330 artigos sobre Educação, apenas três foram sobre algum público da Educação Especial e Inclusiva e nenhum sobre superdotação" (Neumann, 2025, p. 03).

Para confirmar a carência de pesquisas sobre a área, Moreira et al. (2023), num estudo sobre interseccionalidade e políticas inclusivas para o público da educação especial, a partir de levantamento bibliográfico realizado nos últimos cinco anos, considerando a data de veiculação do artigo, não encontraram nenhuma publicação relacionada a altas habilidades ou superdotação.

Além da constatação sobre a pouca produção de estudos envolvendo essa condição de desenvolvimento, a partir das matrículas na educação básica é também observado o número reduzido de estudantes identificados com esta especificidade, nas diferentes redes de ensino. Afirma Oliveira (2025, p.02) que, em relação à realidade em outros países, nos quais há um contexto mais favorável à identificação do estudante com esta especificidade, no Brasil:

> [...] apenas uma parcela reduzida do universo de pessoas com AHSD é devidamente identificada e tem o necessário acompanhamento profissional, o que pode ser atestado pelo contingente de alunos com AHSD identificados no Censo Escolar da Educação Básica. Em 2022, foram registradas 26.815 matrículas desse alunado, em um total de 47,3 milhões de alunos matriculados na Educação Básica (Inep, 2022). Isso representa um percentual de apenas 0,057% de alunos com AHSD registrados no Censo Escolar sobre o total de matriculados [...].

Note-se, 0,057% é menos de 1% de estudantes brasileiros, identificados com altas habilidades ou superdotação, o que implica pensar se a presença da condição é muito baixa entre a população ou, o que parece mais factível, se esse dado não afere a realidade sobre o quantitativo desses estudantes presentes nas escolas do país. Tal realidade suscita um desconforto, pois revela o tamanho do desafio diante da fragilidade do processo histórico de escolarização de estudantes que possuem características e talentos acima dos padrões, inclusive a gerar desigualdades no que se refere ao atendimento de estudantes com AHSD, não identificados e matriculados no sistema educacional (Gomide e Garcia, 2022).

Perez e Galasso (2025), num estudo sobre bullying e exclusão social de estudantes com altas habilidades ou superdotação no ensino fundamental II, confirmam a invisibilidade estatística desse grupo. O que os coloca à margem do sistema, com "implicações diretas em sua vulnerabilidade ao bullying, uma vez que aqueles não identificados dificilmente acessarão os apoios e proteções necessários para enfrentar situações de exclusão e violência escolar" (p. 15).

Ao não serem identificados e reconhecidos em suas condições para participarem do processo escolar, suas possibilidades são cerceadas, limitadas ou nem consideradas no sentido de poderem demonstrar, desenvolver ou compartilhar formas de aprender e de lidar com as várias áreas do conhecimento presente na escola. Além de, também, não serem acolhidos em fatores que demandem atenção profissional para aspectos da aprendizagem e do seu desenvolvimento integral.

Dada a complexidade dos elementos que compõem o tema, vale resgatar a pergunta inicial: onde estão os estudantes negros com altas habilidades ou superdotação?

Para isso cabe pensar a diversidade e os variados marcadores de diferenças, com a lente da interseccionalidade, que é uma forma de entender e explicar a complexidade de como categorias sociais se interrelacionam, diante da vida, das pessoas e das experiências humanas. Este conceito alerta para compreender que as relações de poder, constituídas por questões referentes à raça, classe e gênero, não se apresentam como categorias mutuamente excludentes, elas formam uma unidade, o que afeta todos os aspectos da vida social a partir de preconceitos e discriminações. A interseccionalidade também é uma ferramenta analítica, porque a desigualdade não é a mesma para todas as pessoas, pois marcadores de diferenças sociais e raciais conferem níveis diferentes de opressão e discriminação diversos (Collins; Bilge, 2021).

Destacar estudantes negros com altas habilidades ou superdotação é um recorte específico para verificar invisibilidades. Estes, de acordo com Gomide e Garcia (2022) compõem um grupo vulnerável e, em virtude disto, tem seu processo de escolarização ainda mais impactado. Corrobora com esta análise o estudo de Marinho (2025) ao dizer, logo em primeiras linhas que:

> Embora estudantes superdotados sejam social, cultural, étnica e linguisticamente diversos, observa-se que muitos permanecem à margem no que diz respeito à identificação e ao atendimento, especialmente os negros. Tal realidade decorre de preconceitos e estereótipos que geram baixa expectativa de desempenho e discriminação. Soma-se a isso a escolha dos instrumentos utilizados para a identificação, em sua maioria, padronizados para a população branca, e a limitada formação docente quanto a aspectos étnicos-culturais (p. 09).

Não há dados sobre o perfil étnico-racial desse grupo de estudantes, nem de outros que são o público da educação especial, de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica, onde a interseccionalidade não é considerada como análise. Por isso, tal conceito é fundamento para a compreensão de uma realidade abalizada por enfrentamentos e desafios cotidianos, marcada por incongruências e discrepâncias, diariamente compartilhadas na realidade social brasileira (Moreira et al., 2023).

Nesse contexto, dois documentos oficiais publicados recentemente exigem análise sobre a atenção devida ao viés da interseccionalidade. Um, já citado aqui, é a Lei Nº 15.436 (Brasil, 2026), que instituiu a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação e criou o Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, foi publicada em 17 de junho. Em seu Artigo 3º traz os princípios da Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, dos quais destaca-se:

> V - a equidade, considerando as dimensões socioeconômica, regional, étnico-racial e de sexo, no acesso à identificação e ao atendimento educacional especializado para altas habilidades ou superdotação.

A equidade é trazida como princípio, com explicitação referente a diferenças que existem entre as pessoas e que não podem ser desconsideradas. Diferenças que impactam a identificação, notificação e o próprio trabalho que poderia ser realizado com cada estudante. Perez e Galasso (2025) afirmam que marcadores sociais como gênero, raça e classe interagem com a condição de altas habilidades ou superdotação, criando experiências únicas de opressão e exclusão, e apresentam, como exemplo, o fato de que meninas com essa condição podem sofrer duplo estigma e discriminação, por desafiarem estereótipos de gênero associado à inteligência. Se for mulher e negra a situação pode ser piorada. Raça e classe social também podem operar como negação ao potencial intelectual de estudantes negros e pobres, mesmo quando as capacidades são evidentes. Se for uma menina, pobre, negra com altas habilidades ou superdotação tende a ser invisibilizada ainda mais.

O princípio de equidade apontado pelo dispositivo legal parece um avanço nessa compreensão, pois registra e legitima a importância de considerar “as dimensões socioeconômica, regional, étnico-racial e de sexo” para a identificação e atendimento. Divulgação, informação e formação é que podem transformar dispositivo legal em efetiva ação, por meio de políticas públicas de enfrentamento às desigualdades.

O outro documento, produzido pelo MEC, é o volume 7 da coletânea dos Cadernos Pedagógicos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, que tem por título “Práticas inclusivas e estudantes com altas habilidades ou superdotação” (Delou; Moreira; Negrini, 2026). Trata-se de um documento norteador sobre ações docentes e escolarização para o público com altas habilidades ou superdotação, afirma o seguinte:

> [...] é fato que no Brasil muitos destes estudantes com AHSD continuam na invisibilidade. O processo de identificação pedagógica, bem como a participação, a permanência e a aprendizagem dos estudantes com AHSD, será favorecido à medida que os mitos e as crenças sobre as AHSD sejam superados no contexto escolar, apoiados pelas iniciativas de formação continuada (p. 19).

Importante pontuar que neste último documento nenhum item menciona ou aborda o viés da interseccionalidade que atravessa a identificação desses estudantes e, neste sentido, fragiliza a oferta dos suportes educacionais, aos quais têm direito na perspectiva da inclusão escolar. Como material orientador, essa abordagem seria necessária, ou seja, ela não é dispensável.

> Basta um olhar mais atento, mais sensível, mais empático para perceber que uma grande parcela da população precisa lutar demasiadamente para conquistar espaços e oportunidades que para outros “vêm de berço” através da classe social, do gênero e da etnia. Ou seja, determinadas pessoas precisam vencer diversos obstáculos e discriminações e sequer chegam onde outros estão apenas por serem quem são, apenas por nascerem daquela forma (Moreira et al., 2023 p. 134).

4. Olhares docentes – considerações finais para abrir caminhos

São muitas crianças e jovens circulando pelos, ao menos, doze anos da educação básica, sem considerações pertinentes à sua condição de desenvolvimento. Sobre isto, Vigotski (2021) permite compreender que a pessoa em sua escolarização, deixada à mercê de especificidades em seu desenvolvimento, sem acesso a um trabalho pedagógico planejado intencionalmente, com elementos culturais que possam modificar estruturas da natureza, terá seu desenvolvimento cerceado por barreiras impostas a partir de relações preconceituosas que se apresentam de modo socialmente estruturado.

É preciso pensar sobre o seguinte: em que medida o ensino impacta o processo escolar de estudantes com AHSD, quando é organizado sem o conhecimento ou identificação dessa condição de desenvolvimento? Na escola, essas pessoas, com múltiplas vivências e diferenças em sua constituição e identidade, sofrem tentativas de homogeneização em nome de garantia de igualdade e exclusão do diferente.

Há uma responsabilidade coletiva e inerente à ação docente que consiste no cuidado em conhecer cada estudante e suas peculiaridades, que envolvem potencialidades, possibilidades e limites. O que precisa ser visto vai além do que o estudante faz ou não faz, pode ou não pode. O olhar docente atento é aquele que identifica as barreiras que impedem o pleno desenvolvimento de cada estudante, por isso observação, interação, escuta e intencionalidade pedagógica são ações da prática diária. Daí, se um estudante se destaca academicamente em alguma área, se apresenta liderança, desenvoltura verbal, habilidades específicas, perseverança, criatividade, precisa ser atentamente avaliado. E, na medida em que esta observação revelar indicativos sobre AHSD, será tempo de organizar e compartilhar encaminhamentos entre escola e família, de modo a articular estratégias que deem o necessário e adequado suporte para sua escolarização. O papel e responsabilidade da atividade docente é destacada por Delou (2022):

> Desenvolvendo refinada capacidade de observação para a tomada de decisão, os professores se tornam os profissionais mais recomendados para realizar a identificação das altas habilidades ou superdotação na escola. Os estudantes que apresentam desempenho e resultados pedagógicos que se destacam precisam ser observados com extremo cuidado e atenção (p. 4).

Além disso, com a identificação há possibilidade de desenvolver programas destinados ao atendimento de estudantes com AHSD, o que não pode lhes ser negado, mas isso só se torna possível em escolas que têm projetos pedagógicos bem compostos, pois “os melhores e mais duradouros programas somente podem prosperar em escolas boas, no seu todo” (Renzulli, 2004, p. 121).

Esse olhar, no coletivo profissional escolar, que não se constitui apenas de docentes, precisa prover e organizar ações no espaço educativo, em geral, em prol do reconhecimento, pertencimento, aprendizagem e do respeito à condição de desenvolvimento de cada um, entre todos. Diferenciação pedagógica é pressuposto básico para um trabalho escolar que objetiva atender a diversidade e, neste sentido, Renzulli (2004) traz contribuição:

> Acredito que a verdadeira igualdade somente pode ser alcançada quando reconhecermos as diferenças individuais dos alunos que atendemos e quando reconhecermos que os alunos com elevado rendimento têm o mesmo direito que os alunos com dificuldades de aprendizagem de serem incluídos na educação. Também acredito que a igualdade não é produto de experiências de aprendizagem idênticas para todos os alunos. Pelo contrário, é fruto de uma ampla gama de experiências diferenciadas oferecidas em um continuum de atendimento diversificado (p.118)

Este ensaio deixa a sensação de lacunas, pela pouca produção na área, pela falta de dados sobre a notificação cruzada entre AHSD e perfil étnico-racial. Mas também "abre-se um amplo campo para debates, reflexões, luta por instituição de políticas públicas e pesquisas que relacionem as AHSD e a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, no Brasil" (Neumann; Ribeiro, 2020, p.49). É um apontamento para caminhos de pesquisa e investigação que precisam ser traçados e desenvolvidos no sentido de evidenciar um grupo minoritário que sofre múltipla exclusão, o que poderá ser desenvolvido a partir do reconhecimento, escuta e interação com pessoas negras com altas habilidades ou superdotação, para um movimento de saída da invisibilidade para a ocupação de lugares de protagonismo.

5. Referências

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 de jun. 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 out. 2025a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 10 de mar de 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 dez. 2025b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12773.htm. Acesso em: 10 de mar de 2026.

BRASIL. Lei Nº 15.436, de 17 de junho de 2026. Institui a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação e cria o Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasília, DF, 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15436.htm. Acesso em: 25 jun. 2026.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.

DELOU, C. M. C. Informativo Altas habilidades ou superdotação. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/videos/Agosto24.08.20221.pdf. Acesso em: 15 de jun. 2026.

DELOU, C. M. C.; MOREIRA, L. C.; NEGRINI, T. Práticas inclusivas e estudantes com altas habilidades ou superdotação. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 7). Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pneei/arquivos/2026-23-5-cadermec-edu-inclusiva-vol-7.pdf. Acesso em: 03 de jul. 2026.

GOMIDE, F. B.; GARCIA, A. I. Meninas negras em programas para educação de superdotados. Uma revisão de literatura. Revista Iberoamericana de Educación, v. 89, n. 1, p. 127-145, 2022. DOI: https://doi.org/10.35362/rie8814842.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br. Acesso em: 15 jun. 2026.

MARINHO, R. F. Avaliação de Estudantes Negros Superdotados Sobre o Atendimento Educacional Especializado. 2025. 171 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2025. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/handle/10482/53955. Acesso em: 19 de jun. 2026.

MARLAND, S. P. Jr. Educação de alunos superdotados: Relatório ao Congresso dos Estados Unidos pelo Comissário de Educação dos EUA e documentos de apoio apresentados ao Departamento de Educação dos EUA. 2 vols. Washington, DC: Imprensa Oficial do Governo dos EUA, 1972 (Documentos Governamentais Y4.L 11/2: G36). Disponível em: https://leadyoungtraining.com/wp-content/uploads/2016/11/The-Marland-Report.pdf. Acesso em: 01 jul. 2026.

MOREIRA, J. R.; CABRAL, R. C. S.; LOUREIRO, C. R. M. J.; DAMASCENO, A. R. Interseccionalidade: Sensibilidades analíticas para/na construção de políticas públicas inclusivas para o público da educação especial. Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 14, n. 3, p. 130-140, set./dez. 2023. Disponível em: https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/3867/2239. Acesso em: 15 de jun. de 2026.

NEUMANN, P.; RIBEIRO, D. Altas Habilidades/Superdotação e Interseccionalidade entre gênero, raça e classe social: uma problematização inicial. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, Marília, v. 7, n. 1, p. 37–52, 2020. DOI: https://doi.org/10.36311/2358-8845.2020.v7n1.p37. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/9856. Acesso em: 26 mai. 2026.

NEUMANN, P. Educação, superdotação e racismo. Revista Diálogos Interdisciplinares, Aquidauana, v. 2, n. 18, p. 1-15, ago. 2025. Edição Especial. DOI: https://doi.org/10.55028/gepfip.v2i18.23265. Acesso em: 17 de jun. 2026.

OLIVEIRA, L. L. S. de. Altas habilidades ou superdotação: Subnotificação e Análise de Matrículas no Brasil. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 31, p. e0218, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0218. Acesso em: 17 de jun. 2026.

OLIVEIRA, L. L. S. de. A evolução das matrículas de alunos com altas habilidades/superdotação no Brasil entre 2000 e 2025: panorama nacional, recortes regionais e o caso paranaense. SciELO Preprints, 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16090. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/16090. Acesso em: 30 jun. 2026.

PEREZ, C. B. S.; GALASSO, B. J. B. Bullying e a exclusão social de alunos com altas habilidades/superdotação no ensino fundamental II: uma análise crítica das estratégias de inclusão escolar à

luz da literatura e das políticas públicas. Aracê, [S. l.], v. 7, n. 10, p. e9381, 2025. DOI: https://doi.org/10.56238/arev7n10-276. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/9381. Acesso em: 12 jun. 2026.

RANGNI, R. A.; MASSUDA, M. B.; COSTA, M. P. R. Altas habilidades/superdotação: temas para pesquisa e discussão. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

RENZULLI, J. S. O que é esta coisa chamada Superdotação e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. Educação, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 75-131, 2004. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/375. Acesso em: 01 jul. 2026.

UNESCO. Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília, DF: CORDE/UNESCO, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 17 jun. 2026.

VIGOTSKI, L. S. Problemas da Defectologia. Organização, tradução e revisão técnica de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021. v. 1.

VIRGOLIM, A. As vulnerabilidades das altas habilidades e superdotação: questões sociocognitivas e afetivas. Educar em Revista, Curitiba, v. 37, p. e81543, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-4060.81543. Acesso em: 19 de jun. 2026.